



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**CARTA-CONTRATO Nº 20 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC****Processo nº: 0006125-77.2021.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO** CNPJ  
Nº **03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

**CONTRATADA: VISION TECH POTÊNCIA E AUTOMAÇÃO LTDA-ME, CNPJ Nº**  
**15.873.523/0001-10**Endereço: Travessa Aldo Vieira Xavier, nº 30, Jardim Limoeiro, Serra/ES 29164-023, Telefone: (27)  
3328-1504/99720-2905

e-mail: matheus@visiontech.eng.br / contato@angelicadornelas.com.br / visiontech@visiontech.eng.br

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Prestação de serviços técnicos de arquitetura para elaboração de Projeto Básico e Executivo (arquitetônico e complementares) para adequação do Centro de Memória do TRE/ES, localizado no pavimento pilotis do Edifício Sede do TRE-ES.

§1º. A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo dispensável a licitação nos termos do seu art. 24, II, e dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Projeto Básico que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 13/07/2023.

**§2º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada**

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de *e-mail*.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

**§3º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA**

O prazo de entrega do objeto será de no máximo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual.

**parágrafo único.** O presente instrumento terá vigência de 05 (cinco) meses contados a partir da data de sua assinatura.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização do objeto, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando as falhas detectadas e demais ocorrências em registro próprio e comunicando formalmente à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

b) Proceder ao recebimento definitivo, por intermédio do fiscal contratual, após a conferência de todos os documentos que compõem o objeto;

c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;

b) Executar o objeto conforme as especificações contidas neste instrumento;

b.1) Eventuais equívocos, imperfeições ou ausência de detalhes não detectados na ocasião da entrega e aprovação dos documentos, não eximem a Contratada de repará-los, quando solicitada, sem quaisquer ônus para o TRE-ES;

c) Cumprir as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem da fiscalização do Contratante;

d) Transferir, quando solicitado, o direito sobre os projetos ao TRE/ES;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto ao cumprimento de Cláusulas contratuais;

f) Cumprir, rigorosamente, as normas técnicas da ABNT aplicáveis à execução dos serviços contratados;

g) Arcar com todos os ônus dos deslocamentos dos seus técnicos para a execução dos serviços;

h) Assegurar o comparecimento de seu representante e do responsável(eis) técnico(s) pela elaboração de projeto(s) à sede do TRE-ES, em até 48 (quarenta e oito) horas, para elucidar e esclarecer quaisquer dúvidas ou questionamentos a respeito do trabalho desenvolvido, bem como de sua integração com o conjunto, fazendo-se acompanhar, se for preciso, do(s) autor(es) do(s) projeto(s) arguido(s).

i) Responsabilizar-se por taxas, impostos, despesas, ônus e providências necessárias ao registro e aprovação dos respectivos projetos junto aos órgãos públicos, e relativas à anotação ou registro de responsabilidade técnica – ART ou RRT, junto ao CREA-ES ou CAU-ES, consulta prévia e demais despesas associadas à prestação dos serviços objeto desta contratação;

j) Dar suporte técnico na interpretação dos projetos durante a implantação, caso solicitado;

k) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;

k.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

l) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;

m) Manter durante a execução desta Carta-contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

## **§1º. Da Especificação do Objeto**

**a) Especificações:** Será necessária a elaboração de projeto arquitetônico para o Centro de Memória do TRE/ES, contendo, dentre outras informações, medidas precisas, pontos de luz, tomadas, área, infraestrutura, climatização, suportes, expositores horizontais e verticais, vitrines, materiais para legenda, recursos audiovisuais (TV etc.), recursos para exposições interativas, sinalização e segurança, conforme previsto no Projeto Básico, bem como:

a.1) Iluminação - A luz age diretamente na forma, cor, espaço e textura dos ambientes e objetos, sendo de suma importância a escolha ideal para o projeto do Centro de Memória, opções que valorizem a mostra (utilização do recurso da luz natural, a zenital, iluminação artificial e/ou combinação das duas formas);

a.2) Sonorização - Disponibilização de som em música ambiente, em alguns módulos específicos e ainda em estações de áudio utilizando fones de ouvidos ou alto-falantes direcionais com gravações/depoimentos especiais para uma maior interação com o público visitante;

a.3) Suportes - Fará parte do acervo urnas de lona, madeira, ferro, urnas eletrônicas, bolas de pelouro, fotografias e documentos, leitor de microfichas, máquina de datilografia etc. O projeto deve prever variados suportes expositivos necessários para o acervo, considerando tamanho, peso e tipo, como por exemplo, paredes, painéis, módulos, vitrines, cubos, caixas de apoio etc;

a.4) Utilização de recursos de tecnologia, como por exemplo: utilização de QR Code para possibilitar o escaneamento de código de barras por um celular concedendo acesso a um trecho de texto e/ou link que irá redirecionar o acesso ao conteúdo publicado em algum site; telas sensíveis ao toque, disponíveis em totens e mesas interativas; uso de aplicativo interativo para trazerem temas e conteúdos além dos que estarão abordados na exposição;

a.5) A acessibilidade universal dos diferentes públicos - Para viabilizar os princípios da acessibilidade e da inclusão social nos museus é necessário que o projeto desenvolva estratégias para renovação de parâmetros em uma expografia acessível, eliminando barreiras atitudinais, de comunicação e acesso à informação;

a.5.1) Deve-se prever as possibilidades de acesso físico, sensorial e intelectual, assim como planejar mobiliário de conforto para os visitantes, de todas as idades e condições físicas;

## **b) Planilha orçamentária**

b.1) Deverá conter todos os serviços, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução do objeto com as respectivas unidades, quantidades, preços unitários e totais;

b.2) Para determinação dos preços deverão ser apresentadas, no mínimo, três cotações de preços de mercado, devendo ser informado para cada uma delas o nome da fonte de pesquisa acompanhado dos dados necessários para localização do mesmo, incluindo, conforme o caso, telefone de contato, endereço, e-mail e/ou site;

b.3) Caso não seja possível a obtenção do número mínimo de cotações para um determinado insumo, deverá ser apresentado um termo circunstanciado para justificar o fato;

b.4) Apresentar o cronograma físico-financeiro e planilha de composição do BDI, observando as determinações e orientações contidas no Acórdão TCU 2.622/2013.

## **c) Caderno de encargos**

c.1) O Caderno de Encargos deve fixar as diretrizes para a execução de todos os serviços listados na planilha orçamentária;

c.2) Para a confecção deste caderno, a Contratada deverá se basear na norma técnica NBR-12.219 – Elaboração de Caderno de Encargos para Execução de Edificações;

c.3) O conteúdo de cada um dos serviços e seus procedimentos executivos serão baseados em normas técnicas publicadas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**d) Especificação dos materiais:** Todos os materiais e serviços resultantes dos projetos e adequações serão especificados estipulando-se as condições mínimas aceitáveis de qualidade.

**e) Diretrizes para elaboração do projeto**

Para a elaboração dos projetos, considerar os conceitos de projeto básico e projeto executivo, apresentados nos incisos XXV e XXVI do Art. 6º da Lei 14.133/2021, conforme a seguir:

“[...]

*XXV - - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:*

[...]

*XXVI - projeto executivo: conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes ;*

[...]”

**f) Características da edificação:** O imóvel objeto da adequação está localizado no pavimento pilotis do Edifício Sede do TRE-ES e é constituído de uma sala com aproximadamente 27,0 m²,

**§2º. Do Recebimento**

a) O recebimento do objeto se dará com a entrega dos Projetos Básico e Executivo, via correio eletrônico, e das respectivas ART(s) do(s) responsável(eis) técnico(s) pela elaboração, da seguinte forma:

Documento	Programa
Textos (caderno de encargos, memorial descritivo, especificações de materiais )	Docx e pdf - salvos na versão 2003
Planilhas (orçamentária, cronograma físico-financeiro)	Excel xlsx e pdf - salvos na versão 2003
Desenhos	AutoCad (.dwg) e pdf – salvos na versão 2012 ou superior

b) Deverão ser juntadas as anotações de responsabilidade técnica (ARTs) ou registros de responsabilidade técnica (RRTs) devidamente assinadas pelas partes e já quitadas para todos os projetos, inclusive planilha orçamentária;

c) Deverão as ARTs e RRTs respeitarem as atribuições específicas definidas pelo respectivo Conselho Federal de Classe para os diferentes profissionais envolvidos no projeto.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará à Contratada o valor global e em parcela única de **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais), mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente ao recebimento definitivo/aceite do serviço, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

**§1º.** Para o pagamento a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal e a ART ou RRT referente ao serviço contratado.

**§2º.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

**§3º.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**§4º.** A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**§5º.** Não haverá reajustamento de preços.

§6º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = i/365$	$I = 0,06/365$	$I = 0,0001643$
-------------	----------------	-----------------

Em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da aquisição do objeto deste contrato tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, encontra-se em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, conforme disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Anual deste Tribunal Regional Eleitoral:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenho n ° 2023NE000389 de 27/09/2023.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pelo atraso injustificado na entrega do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **0,5% (meio por cento)** incidente sobre o valor total do contrato, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de **10% (dez por cento)**;

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de **0,5% (meio por cento)** por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato;

§1º. O atraso injustificado na entrega do objeto superior a 20 (vinte) dias caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b”.

§2º. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o serviço poderá ser entregue no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a” do caput.

§3º. A solicitação da prorrogação do prazo de entrega deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

§4º. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§5º. A aplicação das multas previstas não exige a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§6. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§7º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

§8º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§9º. A contagem do prazo previsto na alínea "a" inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

§10º. A contagem do prazo estabelecido no §2º inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea "a" do *caput*, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

§1º. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

§2º. Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e Condições estabelecidas neste instrumento assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e 78, da Lei 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Para dirimir questões advindas desta carta-contrato, fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Vitória/ES.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes:

Pelo Contratante: **LEILA DE ALMEIDA GOMES**, CPF n.º \*\*\*.586.887-\*\*

Pela Contratada: **JOÃO BATISTA CORREA**, CPF n.º \*\*\*.003.637-\*\*

Em 02 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE ALMEIDA GOMES**, Diretor(a) Substituto(a), em 02/10/2023, às 20:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO BATISTA CORREA**, Usuário Externo, em 03/10/2023, às 08:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1033659** e o código CRC **474CB1C6**.